

Este documento resulta de um trabalho conjunto do Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza e do Núcleo Distrital de Viana do Castelo da EAPN Portugal, através da recolha e sistematização de informação estatística e da análise da mesma, respetivamente. A informação estatística foi recolhida das respetivas fontes oficiais – Instituto Nacional de Estatística, Pordata, Instituto da Segurança Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional – em setembro de 2018 e a sua análise foi efetuada em janeiro/fevereiro de 2019.

A análise realizada é descritiva e circunscrita à informação estatística disponível, afigurando-se por isso interessante poder vir a ser aprofundada através introdução de outro tipo de informação quantitativa e/ou qualitativa que permita a realização de uma análise interpretativa e multidimensionalmente contextualizada.

POBREZA MONETÁRIA

2017	Mediana do Rendimento por adulto equivalente	Linha de pobreza nacional	Taxa de risco de pobreza (calculada com linha de pobreza nacional)	Linha de pobreza regional	Taxa de risco de pobreza (calculada com linha de pobreza regional)
	€	€	%	€	%
Portugal	9 351	5 610	17,3	5 610	17,3
Norte	8 925	5 610	18,6	5 355	16,4
Centro	9 067	5 610	18,6	5 440	16,6
A.M. Lisboa	10 943	5 610	12,3	6 566	18,9
Alentejo	8 880	5 610	17,0	5 328	14,2
Algarve	9 000	5 610	18,6	5 400	16,6
R.A. Açores	7 517	5 610	31,5	4 510	21,6
R.A. Madeira	8 345	5 610	27,4	5 007	22,3

Em 2017, a mediana do rendimento por adulto equivalente era em Portugal de 9 351 €. A Região Norte apresentava valores de 8925 €, inferior em 426 €. A linha de pobreza nacional (1) era em 2017 de 5 610 € igual naturalmente para todas as regiões do país.

Relativamente à taxa de risco de pobreza (2) (calculada com a linha de pobreza nacional), era para o Norte de 18,6%, superior ao valor para Portugal de 17,3%. A linha de pobreza regional (1), era para o Norte de 5355, € inferior ao valor nacional (5 610 €).

A taxa de risco de pobreza (2) (calculada com linha de pobreza regional) era para o Norte de 16,4%, inferior ao valor nacional de 17,3%.

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO RESIDENTE

Indicador	2011		2017	
Área total em Km ²	2 218,8		2 218,8	
População Residente (n.º)	244 149		232 178	
Homens	114 020		107 595	
Mulheres	130 129		124 583	
0-14 anos	31 988		26 916	
15-24 anos	26 121		23 773	
25-64 anos	130 573		123 703	
65 ou mais anos	55 467		57 786	
Saldo Natural (n.º)	-1 104		-1 498	
Taxa bruta de natalidade (%) varia entre um mínimo e um máximo de:	4,5 Melgaço	7,8 Viana do Castelo	3,1 Melgaço	7,4 Viana do Castelo
Índice sintético de fecundidade (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	0,95 Monção	1,19 Caminha	0,68 Melgaço	1,26 Viana do Castelo
Estrangeiros residentes (n.º)	3 444		3 158	
Saldo migratório (n.º)	2 165		1 607	
Índice de dependência total (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	49 Viana do Castelo	83 Melgaço	52 Ponte de Lima	82 Melgaço
Índice de dependência dos jovens (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	17 Melgaço	23 Ponte de Lima	15 Melgaço	20 Ponte de Lima
Índice de dependência dos idosos (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	29 Viana do Castelo	66 Melgaço	33 Ponte de Lima	67 Melgaço
Índice de envelhecimento (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	130 Ponte de Lima	389 Melgaço	169 Ponte de Lima	443 Melgaço

O território da sub-região do Minho Lima tem 2218,80 km², o que corresponde a 2,4% do território nacional. A população residente na sub-região era em 2011 de 244 149, o que corresponde a 2,3% da população portuguesa; em 2017 a população residente era de 232 178, uma diminuição face a 2011 de 11 971 habitantes.

Por sexo, em 2011, residiam mais mulheres que homens na sub-região, 114 020 homens (46,7% do total da sub-região) e 130 129 mulheres (53,3% do total da sub-região). Em 2017 a situação a este nível manteve-se, em que residiam 107 595 homens (46,3%) e 124 583 mulheres (53,7%).

Um indicador relevante na análise do problema demográfico que atinge de forma clara a sub-região Minho Lima é a percentagem da população residente por grandes grupos etários.

Em 2011, a percentagem da população com idade até aos 14 anos era, a nível nacional, de 14,9% e na sub-região esse valor era de 13,1%, ligeiramente abaixo do valor para Portugal. O problema agravou-se em 2017, em que a percentagem diminuiu para os 11,6%, também inferior ao valor nacional, de 13,8%. A percentagem da população entre os 15 e os 24 anos era de 10,7% em 2011, tendo diminuído em 2017 para os 10,2%, também aqui numa tendência notória do envelhecimento da população.

A percentagem da população entre os 25 e os 64 anos era em 2011 de 53,5%, tendo-se mantido praticamente inalterada em 2017 (53,3%).

A percentagem da população com 65 e mais anos de idade era, em 2011, de 22,7%, superior aos 19% a nível nacional; a percentagem aumentou em 2017 para os 24,9%, ou seja, um aumento de 2%.

O Saldo Natural (diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos num dado período de tempo) é assim negativo, naturalmente, em 2011 (- 1104), e ainda mais em 2017 (- 1498).

A taxa bruta de natalidade (nº de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período) era, em 2011, de, em Melgaço (valor mais reduzido), e de 7,8 em Viana do Castelo (valor mais elevado). Para esse ano, o valor nacional foi de 9,2; em 2017 o cenário agravou-se, uma vez que em Melgaço o valor foi de 3,1 e em Viana do Castelo teve uma redução de 0,4 (7,4).

O índice sintético de fecundidade (número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade. Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média 2,1 filhos) foi, em 2011, de 0,95 em Monção (valor mais reduzido), e de 1,19 em Caminha (valor mais elevado). Para esse ano, o valor nacional foi de 1,35; em 2017 o cenário agravou-se, uma vez que em Melgaço (que substituiu Monção com o valor mais reduzido), o valor foi de 0,68 e em Viana do Castelo (que substituiu Caminha com o valor mais elevado), o valor foi de 1,26; para este ano o valor nacional foi de 1,37.

Os estrangeiros residentes na sub-região eram, em 2011, 3 444, o que corresponde a 1,4% da população; em 2017 eram 3 158, o que corresponde a 1,3% da população. Isto significa uma diminuição de 0,1%, ou 286 pessoas. O saldo migratório (diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram) foi positivo, tanto em 2011 (2 165) como em 2017 (1 607).

MERCADO DE TRABALHO

Indicador	2010	2016
Empresas (n.º)	23 697	28 505
< 10 trabalhadores	22 762	27 634
10 a 49 trabalhadores	841	769
50 a 249 trabalhadores	83	86
> 250 trabalhadores	11	16
Pessoal ao serviço nas empresas (n.º)	63 656	69 575
Indicador	2011	2017
Desempregados inscritos no IEFP (n.º)*	10 973	7 235
Homens	4 695	3 492
Mulheres	6 278	3 743
< 25 anos	1406	842
25-34 anos	2 503	1 249
35-44 anos	2 526	1 288
45-54 anos	2 635	1 514
55 ou + anos	1 905	2 342

* Média anual

A sub-região do Minho-Lima tem 28 505 empresas, 2,4% do total nacional. Comparativamente a 2010, o nº de empresas subiu, de 23 697 em 2010 para 28 505 em 2016, num aumento de 4 808. Destas empresas, 27 634 têm um nº de trabalhadores, inferior a 10, o que representa 96,9% do total da sub-região. Comparativamente a 2010, esta situação pouco se alterou. Podemos concluir que as empresas da sub-região são de pequena e muito pequena dimensão.

Empresas que empregavam entre 10 a 49 trabalhadores eram 769, o que corresponde a 2,7% do total da sub-região. Comparativamente a 2010, o nº destas empresas diminuiu, de 3,5% em 2010 para 2,7% em 2016. Empresas que empregavam entre 50 a 249 trabalhadores eram 86, o que corresponde a 0,3% do total da sub-região. Comparativamente a 2010, o nº destas empresas diminuiu, de 0,4% em 2010 para 0,3% em 2016. Empresas que empregavam mais de 250 eram 16, o que corresponde a 0,1% do total da sub-região. Comparativamente a 2010, o nº destas empresas subiu, de 0,0% em 2010 para 0,1% em 2016 (ou de 11 para 16).

Relativamente ao pessoal ao serviço nas empresas estavam empregados 69 575, o que corresponde a 1,9% do total nacional. Comparativamente a 2010, o nº de empregados subiu, de 1,7% em 2010 para 1,9% em 2016 (ou de 63 656 para 69 575).

Um dado muito relevante para a nossa análise é o desemprego. Em 2017, estavam inscritos no IEFP (Viana do Castelo) 7235 desempregados, o que corresponde a 1,7% do total nacional.

Comparativamente a 2011, o nº de desempregados diminuiu, de 2,0% em 2011 para 1,7% em 2017 (ou de 10 973 para 7 235).

RENDIMENTOS E PODER DE COMPRA

Indicador	2011		2015	
Ganho médio mensal (€) varia entre um mínimo e um máximo de:	740 Paredes de Coura	944 Viana do Castelo	775 Melgaço	1 003 Vila Nova de Cerveira
Disparidade (%) no ganho médio mensal entre homens e mulheres varia entre um mínimo e um máximo de:	4 Ponte da Barca	14 Melgaço	5 Ponte da Barca	14 Vila Nova de Cerveira
Proporção de poder de compra per capita varia entre um mínimo e um máximo de:	59 Paredes de Coura	93 Viana do Castelo	64 Melgaço	94 Viana do Castelo
Indicador	2011		2016	
Remuneração média mensal de base (€) varia entre um mínimo e um máximo de:	633,2 Ponte de Lima	779,6 Viana do Castelo	666,8 Paredes de Coura	805,2 Vila Nova de Cerveira
Homens	660,6 Ponte de Lima	837,1 Vila Nova de Cerveira	696,4 Paredes de Coura	881,9 Vila Nova de Cerveira
Mulheres	595,7 Ponte de Lima	718 Caminha	642 Ponte de Lima	734,3 Viana do Castelo

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem na sub-região do Minho-Lima é inferior à média nacional. Para Portugal, em 2015, a média de ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem era de 1094,10 €. Nesta sub-região, nomeadamente em Melgaço, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem era de 775 €, 225 € ao valor de Vila Nova de Cerveira (1003€) e cerca de 320 € inferior ao valor nacional. Vila Nova de Cerveira, em 2015 apresentava um valor superior ao valor da capital de distrito, ficava ainda assim abaixo do valor nacional em cerca de 90 €.

Na sub-região Minho-Lima existem assimetrias significativas entre concelhos; o concelho de Vila Nova de Cerveira regista o valor mais alto, sendo que o concelho de Melgaço regista o valor mais baixo. Existiu uma evolução favorável mas pouco significativa dos rendimentos desde 2011; em 2011 Paredes de Coura era o concelho mais pobre, sendo substituído em 2015 por Melgaço, e Viana do Castelo o mais rico, em 2011, foi substituído por V.N. de Cerveira.

Relativamente à desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, a disparidade (em %) no ganho médio mensal entre homens e mulheres era em 2015 de 10.9% a nível nacional; em Ponte da Barca era de 5% (valor bastante abaixo do valor nacional, praticamente com salários

iguais entre homens e mulheres), mas em Vila Nova de Cerveira era de 14%, superior ao valor nacional.

Um indicador relevante para a análise do rendimento da população do distrito de Viana do Castelo é a proporção de poder de compra per capita (em %). O Indicador per Capita do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional.

Em 2015 o valor deste indicador para Viana do Castelo era de 94% da média nacional (base 100); Melgaço apresentava neste ano o valor mais baixo da sub-região, de 64%, um valor francamente baixo, 30% inferior ao valor da capital de distrito e quase 40% inferior ao valor nacional. Comparativamente a 2011, o concelho de Paredes de Coura deixou em 2015 de ser o mais pobre, tendo sido substituído por Melgaço. Viana do Castelo manteve a liderança.

Em termos de remuneração média mensal de base (em €) o valor nacional era em 2016 de 922,20 € sendo que na sub-região era em V.N. de Cerveira (805,20 €) valor mais alto e de 666,80 € em Paredes de Coura (valor mais baixo). Este indicador apresentava em 2011 o valor mais baixo em Ponte de Lima, que foi entretanto substituído pelo concelho de Paredes de Coura; o mesmo aconteceu relativamente a Viana do Castelo, que liderava em 2011 com 779,60 € mas que foi em 2016 substituído na liderança por V.N. Cerveira.

Relativamente à desigualdade de remuneração média mensal (comparando homens e mulheres), podemos verificar que para Portugal, em 2016, a desigualdade era de 156,60 € (favorável aos homens); na sub-região esta diferença era maior em V.N. de Cerveira, onde os homens ganhavam mensalmente em média 881,90 € e em Paredes de Coura 696,40 €, numa diferença de cerca de 185 €. As mulheres em Viana do Castelo ganhavam em média mensalmente 734,30 €, sendo que as de Ponte de Lima apenas ganhavam 642 €, numa diferença de 92 €.

EDUCAÇÃO

Indicador	2011		2017
Taxa de analfabetismo (%) varia entre um mínimo e um máximo de:	4,35 Caminha	12,6 Arcos de Valdevez	...
Homens	2,21 Viana do Castelo	7,07 Arcos de Valdevez	...
Mulheres	6,04 Caminha	17,18 Arcos de Valdevez	...
População por nível de escolaridade (n.º e %)	212 322		...
Sem escolaridade	31 431 (14,8%)		...
1º Ciclo do Ensino Básico	63 325 (29,8%)		...
2º Ciclo do Ensino	28 900		...

Básico	(13,6%)	
3º Ciclo do Ensino Básico	37 713 (17,8%)	...
Secundário	28 635 (13,5%)	...
Médio	1 653 (0,8%)	...
Superior	20 665 (9,7%)	...
Indicador	2006/2007	2016/2017
Alunos por nível de ensino (n.º e %)	43 310	38 465
Pré-escolar	5 894 (13,6%)	4 981 (12,9%)
1º Ciclo do Ensino Básico	10 115 (23,4%)	7 846 (20,4%)
2º Ciclo do Ensino Básico	5 471 (12,6%)	4 333 (11,3%)
3º Ciclo do Ensino Básico	8 980 (20,7%)	7 534 (19,6%)
Secundário	8 998 (20,8%)	9 363 (24,3%)
Pós-secundário	58 (0,1%)	76 (0,2%)
Superior	3 794 (8,8%)	4 332 (11,3%)
Estabelecimentos de ensino (n.º)	350	177
Jardim de infância	121	50
Escola básica	199	93
Escola secundária	7	5
Escola básica e secundária	11	14
Escola artística	0	0
Escola profissional	12	15
Indicador	2005/2006	2015/2016
Estabelecimentos de ensino superior	8	9

Ao analisarmos os níveis de escolarização da população, um dos indicadores mais relevantes é a taxa de analfabetismo (taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever.

Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário).

Tendo como referência os censos de 2011, a taxa de analfabetismo era de 4,35% em Caminha (o valor mais reduzido da sub-região) e de 12,6% (o valor mais elevado). Para Portugal, o valor era de 5,22%. Em termos de sexo, a taxa de analfabetismo nos homens era neste ano 2011 de 2,21% em Viana do Castelo e de 7,07% em Arcos de Valdevez; para Portugal, a taxa era de 3,51%; nas mulheres, o valor mais reduzido registou-se em Caminha (6,04%), e o valor mais elevado novamente em Arcos de Valdevez (17,18%). O valor nacional foi de 6,77%. Conclui-se assim que a situação em termos de escolaridade é preocupante em Arcos de Valdevez, e seria muito importante reduzir substancialmente este nível de analfabetismo. A população por nível de escolaridade era em 2011 de 212 322, 2% do total nacional;

A população sem escolaridade era de 31 431, o que corresponde a 14,8% da população (um valor alto mas ainda assim inferior ao valor nacional que era de 18,9%); A população com o 1º ciclo do ensino básico era de 63 325, o que corresponde a 29,8% (um valor alto, superior ao valor nacional que era de 25,5%); A população com o 2º ciclo do ensino básico era de 28 900, o que corresponde a 13,6% (um valor comparável ao valor nacional que era de 13,4%);

A população com o 3º ciclo do ensino básico era de 37 713, o que corresponde a 17,8% (um valor superior ao valor nacional que era de 16,3%); a população com ensino secundário era de 28 635, o que corresponde a 13,5% (um valor comparável ao valor nacional que era de 13,4%); a população com ensino médio era de 1653, o que corresponde a 0,8% (um valor igual ao valor nacional); a população com ensino superior era de 20665, o que corresponde a 9,7% (um valor inferior ao valor nacional de 11,8%);

Relativamente aos alunos por nível de ensino, o seu nº total era de 38 465 (1,9%) do total nacional, inferior ao registado no ano lectivo de 2006/2007 (43 310); (12,9%) do total da sub-região, inferior ao registado no ano lectivo de 2006/2007 (13,6%); Em termos de 1º Ciclo do Ensino Básico, o seu nº era de 7846 (20,4%) do total da sub-região, inferior ao registado no ano lectivo de 2006/2007 (23,4%); Em termos de 2º Ciclo do Ensino Básico, o seu nº era de 4333 (11,3%) do total da sub-região, inferior ao registado no ano lectivo de 2006/2007 (12,6%);

Em termos de 3º Ciclo do Ensino Básico, o seu nº era de 7534 (19,6%) do total da sub-região, inferior ao registado no ano lectivo de 2006/2007 (20,7%); Em termos de ensino secundário, o seu nº era de 9 363 (24,3%) do total da sub-região, superior ao registado no ano lectivo de 2006/2007 (20,8%); Em termos de ensino pós-secundário, o seu nº era de 76 (0,2%) do total da sub-região, superior ao registado no ano lectivo de 2006/2007 (0,1%), ou por outro lado, 58; Em termos de ensino superior, o seu nº era de 4 332 (11,3%) do total da sub-região, bastante superior ao registado no ano lectivo de 2006/2007 (8,8%), ou, por outro lado, 3 794.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino, existiam 177 (2,1% do total nacional) no ano lectivo de 2016/2017, uma clara diminuição face aos 350 (2,7% do total nacional) no ano lectivo de 2006/2007; Os jardins-de-infância eram 50 (28,2% do total da sub-região) no ano lectivo de 2016/2017, uma clara diminuição face aos 121 (34,6% do total da sub-região) no ano lectivo de 2006/2007; Quanto a escolas básicas, eram 93 (52,5% do total da sub-região) no ano lectivo de 2016/2017, uma clara diminuição face aos 199 (56,9% do total da sub-região) no ano lectivo de 2006/2007; Quanto a escolas secundárias, eram 5 (2,8% do total da sub-região) no ano lectivo de 2016/2017, uma ligeira diminuição face às 7 (2,0 % do total da sub-região) no ano lectivo de 2006/2007;

Quanto a escolas básicas e secundárias , eram 14 (7,9% do total da sub-região) no ano lectivo de 2016/2017, um ligeiro aumento face às 11 (3,1 % do total da subregião) no ano lectivo de 2006/2007; Quanto a escolas profissionais , eram 15 (8,5% do total da sub-região) no ano lectivo de 2016/2017, um ligeiro aumento face às 12 (3,4 % do total da sub-região) no ano lectivo de 2006/2007; Quanto a escolas de ensino superior eram 9 (3,1% do total da sub-região) no ano lectivo de 2016/2017 um ligeiro aumento face às 8 (2,5 % do total da sub-região).

SAÚDE

Indicador	2012	2016
Hospitais (n.º)	...	2
Camas em hospital	...	411
Centros de saúde (n.º)	12	...
Com internamento	0	...
Sem internamento	12	...
Consultas dadas nos centros de saúde (n.º)	657 241	...
Medicina geral e familiar	523 743	...
Medicina dentária / estomatologia	0	...
Planeamento familiar	27 754	...
Pneumologia	2 141	...
Saúde do recém-nascido, criança e adolescente	84 927	...
Saúde materna	18 676	...
Ginecologia	0	...
Oftalmologia	0	...
Otorrinolaringologia	0	...
Outras especialidades	0	...
Indicador	2011	2017
Enfermeiros (n.º)	1515	1588
Médicos residentes (n.º)	715	826
Médicos dentistas (n.º)	149	207

Na sub-região Minho Lima existiam, em 2016, 2 Hospitais, 1,9% do total nacional, que era nesse ano de 105. Relativamente às camas em hospital, existiam na sub-região 411, o que corresponde a 1,7% do total nacional. Em 2012 existiam na sub-região 12 centros de saúde, 3,1% do total nacional, que era nesse ano de 387. Com internamento não existia nenhum.

O nº de consultas dadas nos centros de saúde, foi de 657 241 na sub-região, em 2012, 2,5% do total nacional.

O nº de consultas dadas nos centros de saúde em medicina geral e familiar foi de 523 743, em 2012, o que corresponde a 79,7% do total da sub-região. Não existiram consultas dadas nos centros de saúde em medicina dentária / estomatologia na sub-região Minho Lima, em 2012. O nº de consultas dadas nos centros de saúde em planeamento familiar, foi de 27 754, em 2012, o que corresponde a 4,2% do total da sub-região. O nº de consultas dadas nos centros de saúde em pneumologia, foi de 2141, em 2012, o que corresponde a 4,2% do total da sub-região.

O nº de consultas dadas nos centros de saúde em saúde do recém-nascido, criança e adolescente, foi, em 2012, de 84927, o que corresponde a 12,9% do total da sub-região. O nº de consultas dadas nos centros de saúde em saúde materna, foi, em 2012, de 18676, o que corresponde a 2,8% do total da sub-região. Não existiram na sub-região Minho Lima consultas dadas nos centros de saúde em ginecologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e outras especialidades.

O nº de enfermeiros na sub-região era, em 2011, de 1515, o que corresponde a 2,3% do total nacional; em 2017 o nº aumentou para os 1588, mas em termos de percentagem diminuiu para os 2,2%.

O nº de médicos residentes na sub-região era, em 2011, de 715, o que corresponde a 1,7% do total nacional; em 2017 o nº aumentou para os 826, mas em termos de percentagem diminuiu para os 1,6%. O nº de médicos dentistas na sub-região era, em 2011, de 149, o que corresponde a 2,0% do total nacional; em 2017 o nº aumentou para os 207, em termos de percentagem aumentou para os 2,1%.

HABITAÇÃO

Indicador	2011		2012		2016	
Alojamentos familiares clássicos (n.º)	151 076		151 730		153 192	
Contratos de compra e venda de prédios (n.º)	4 797		4 460		4 952	
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante (€/ hab.) varia entre um mínimo e um máximo de:	162 Melgaço	499 Ponte da Barca	79 Paredes de Coura	179 Caminha	158 Melgaço	357 Viana do Castelo

Valor médio dos prédios transacionados (€/N.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	11 473 Paredes de Coura	68 562 Caminha	9 953 Paredes de Coura	57 186 Caminha	12 657 Melgaço	61 491 Viana do Castelo
Indicador	1.º Trimestre de 2016		1.º Trimestre de 2017		1.º Trimestre de 2018	
Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares (€) varia entre um mínimo e um máximo de:	398 Paredes de Coura	776 Caminha	292 Melgaço	833 Caminha	329 Melgaço	883 Caminha
Indicador	2011		2012		2015	
Fogos de habitação social (n.º)	...		1 186		1 186	
Vagos	...		34		87	
Ocupados ilegalmente	...		16		45	
Arrendados	...		1 136		1 054	
Pedidos de habitação Social (n.º)	259		

Na análise da situação em termos de alojamentos familiares clássicos, na sub-região do Minho-Lima, podemos verificar que existiam em 2016 153 192 alojamentos, o que corresponde a 2,6% do total nacional.

Os contratos de compra e venda de prédios foram 4952 em 2016, o que corresponde a 2,5% do total nacional. Ao nível do crédito hipotecário concedido a pessoas (€/hab.) verificamos que em 2016 o valor foi de 357 € por habitante em Viana do Castelo (o valor mais elevado), sendo que Melgaço, com 158 € por habitante, apresentava o valor mais reduzido, o valor nacional foi de 419 € por habitante.

Em termos de valor médio dos prédios transacionados, o valor mais elevado foi registado em Viana do Castelo (61 491 €) e o mais reduzido em Melgaço (12 657 €) o valor nacional foi de 91 354 €. Um dado interessante foi o valor médio dos prédios transacionados ter baixado de 68 562 € no concelho de Caminha em 2011 para 61491 € em 2016 (para o concelho de Viana do Castelo).

Quanto ao valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares (€), Melgaço registou no 1º trimestre de 2018 o valor mais reduzido (329 €/m²) sendo Caminha o concelho com o valor por m² mais elevado (883€/m²). Em três anos consecutivos (2016,2017 e 2018)), Caminha apresentou sempre o valor por m² mais elevado; em contrapartida, Paredes de Coura, e Melgaço apresentam os valores mais reduzidos.

Em termos do valor mediano das rendas por m2 de alojamentos familiares (€), em 2017, Viana do Castelo registava o valor mais elevado (3,69 € por m2) e Ponte da Barca o valor mais reduzido, com 2,24 € m2 o valor para Portugal era de 4,39 € m2.

Existiam em 2012 1186 fogos de habitação social na sub-região, o que correspondia a 1% do total nacional. Em 2015, o nº de fogos era exactamente o mesmo, 1186, mas relativamente ao total nacional a percentagem diminuiu para os 0,2%, o que demonstra bem a falta de investimento em habitação social na sub-região do Minho Lima. Destes 1186 fogos de habitação social, 34 estavam vagos em 2012 (2,9% do total da sub-região); em 2015 o nº aumentou para 87 (7,3% do total da sub-região). Em 2012, 16 estavam ocupados ilegalmente, 1,3% do total da sub-região; em 2015 eram 45, 3,8% do total da sub-região;

Quanto aos fogos de habitação social arrendados, eram 1136, em 2012, o que corresponde a 95,8% do total da sub-região; em 2015 eram 1054, o que corresponde a 88,9% do total da sub-região. Relativamente aos pedidos de habitação social, estes foram 259 em 2012, o que corresponde a 0,6% do total nacional. Curiosamente não existem dados disponíveis para os anos 2012 e 2015.

PROTEÇÃO SOCIAL

Indicador	2009	2017
Beneficiários de prestações por parentalidade (n.º)	2 005	3019
Homens	908	1 342
Mulheres	1 097	1 677
Titulares de abono de família (n.º)	39 528	26 022
Pensionistas (n.º)	70 789	70 989
Velhice	45 778	48 045
Invalidez	8 328	6 206
Sobrevivência	16 683	16 738
Beneficiários de Complemento Social para Idosos (n.º)	7 711	5 571
Beneficiários de subsídios de desemprego (n.º)	10 064	6 932
Valor médio do subsídio de desemprego (€)	458,15	478,46
Beneficiários de subsídio por doença (n.º)	12 994	14 504
Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (n.º)	6 917	3 267
Valor médio do Rendimento Social de Inserção por beneficiário (€)	84,05	120,30

Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção (n.º)	2 820	1 811
Valor médio do Rendimento Social de Inserção por família (€)	211,52	222,78
Beneficiários de Prestação Social para a Inclusão (n.º)	...	518

Na sub-região Minho-Lima, os beneficiários de prestações por parentalidade eram, em 2017, 3019, 1,8% do total nacional de 167616, sendo que destes 3019, 1342 eram homens e 1677 eram mulheres. Comparativamente a 2009, a percentagem diminuiu (de 2,1% para 1,8%).

Os titulares de abono de família eram 26022, 2,1% do total nacional de 1211494. Comparativamente a 2009, a percentagem manteve-se inalterada (2,1%). Relativamente aos pensionistas, tínhamos em 2017 70989 na sub-região, 2,4% do total nacional. Comparativamente a 2009, a percentagem manteve-se praticamente inalterada (de 2,5% em 2009 para 2,4% em 2017). Destes pensionistas, tínhamos neste ano, por velhice, 48045, por invalidez 6206, e, por sobrevivência, 16738.

Um indicador relevante é o nº e a percentagem de beneficiários do Complemento Social para Idosos, registando-se um total de 5571 na sub-região, 3,2% do total nacional. Comparativamente a 2009, a percentagem manteve-se praticamente inalterada (de 3,3% em 2009 para 3,2% em 2017).

Destes pensionistas, tínhamos neste ano, por velhice, 48045, por invalidez 6206, e, por sobrevivência, 16738. Um indicador relevante é o nº e a percentagem de beneficiários do Complemento Social para Idosos, registando-se um total de 5571 na sub-região, 3,2% do total nacional. Comparativamente a 2009, a percentagem manteve-se praticamente inalterada (de 3,3% em 2009 para 3,2% em 2017).

Relativamente aos beneficiários de subsídios de desemprego, registaram-se na sub-região, em 2017, um total de 6932, 1,7% do valor nacional. Comparativamente a 2009, a percentagem manteve-se praticamente inalterada (de 1,8% em 2009 para 1,7% em 2017). Relativamente ao valor médio do subsídio de desemprego, este era em 2017 de 478,46 €, inferior ao valor médio nacional de 485,17 €.

Os beneficiários de subsídio por doença eram em 2017 de 14504, 2,3% do total nacional. Comparativamente a 2009, a percentagem manteve-se praticamente inalterada (de 2,2% em 2009 para 2,3% em 2017). Em 2017, um indicador relevante no que respeita à análise da pobreza e exclusão social, os beneficiários do RSI (Rendimento Social de Inserção), eram 3267, o que corresponde a 1,1% do total nacional. Comparativamente a 2009, a percentagem baixou de forma significativa (de 1,4% em 2009 para 1,1% em 2017). Quanto ao valor médio do Rendimento Social de Inserção por beneficiário era em 2017 de 120,30 € superior ao valor nacional de 112 €. Comparativamente a 2009, regista-se uma subida de cerca de 36,25 € (de 84,05 € para 120,30 € em 2017).

O nº de Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção foi, em 2017, de 1 811, o que corresponde a 1,3% do total nacional. Comparativamente a 2009, a percentagem manteve-se praticamente inalterada (de 1,4% em 2009 para 1,3% em 2017). O valor médio da prestação de Rendimento Social de Inserção, por família foi em 2017 222,78 € inferior ao valor médio nacional de 252,54 €. Comparativamente a 2009, o valor subiu de forma pouco significativa (de 211,52 € em 2009, para 222,78 € em 2017) num aumento de 11,26 €. Os Beneficiários da Prestação Social para a Inclusão eram, em 2017 de 518, o que corresponde a 2,5% do total nacional de 20995.

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Presidência da República	1ª Eleição (1976)	Última Eleição (2016)
Eleitores (n.º e %)	163 727	253 160
Votantes (n.º e %)	118 468 (72,4%)	114 170 (45,1%)
Abstenção (n.º e %)	45 259 (27,6%)	138 990 (54,9%)
Assembleia da República	1ª Eleição (1975)	Última Eleição (2015)
Eleitores (n.º e %)	157 544	253 219
Votantes (n.º e %)	139 660 (89%)	128 488 (51%)
Abstenção (n.º e %)	17 884 (11%)	124 731 (49%)
Autarquias Locais	1ª Eleição (1976)	Última Eleição (2017)
Eleitores (n.º e %)	163 965	247 104
Votantes (n.º e %)	104 738 (63,9%)	145 248 (58,8%)
Abstenção (n.º e %)	59 227 (36,1%)	101 856 (41,2%)
Parlamento Europeu	1ª Eleição (1987)	Última Eleição (2014)
Eleitores (n.º e %)	199 593	253 349
Votantes (n.º e %)	139980 (70,1%)	77 715 (30,7%)
Abstenção (n.º e %)	59613 (29,9%)	175 634 (69,3%)

Um aspecto interessante para a análise do desenvolvimento económico e social de qualquer sociedade é o seu nível de participação eleitoral. Em termos de eleições, em democracia, para Presidente da República, e comparando a 1ª eleição (em 1976) com a última eleição (em 2016), verificamos que em 1976 participaram 72,4% dos eleitores e em 2016 a percentagem de votantes diminuiu para os 45,1%, uma enorme redução de cerca de 27%; obviamente, a

abstenção aumentou dos 27,6% para os 54,9%, um crescimento de cerca de 27%, precisamente o nº de eleitores que deixou de votar.

Para a Assembleia da Republica, e comparando a 1ª eleição (em 1975) com a última eleição (em 2015), verificamos que em 1975 participaram 88,6% dos eleitores e em 2015 a percentagem de votantes diminuiu para os 50,7%, uma tremenda redução de 37,9%; obviamente, a abstenção aumentou dos 11,4% para os 49,3%, um crescimento impressionante de 37,9%, precisamente o nº de eleitores que deixou de votar.

Para as Autarquias Locais, e comparando a 1ª eleição (em 1976) com a última eleição (em 2017), verificamos que em 1976 participaram 63,9% dos eleitores e em 2017 a percentagem de votantes diminuiu para os 58,8%, uma redução de 5,1%; obviamente, a abstenção aumentou dos 36,1% para os 41,2%, um crescimento de 5,1%, precisamente o nº de eleitores que deixou de votar.

Para o Parlamento Europeu, e comparando a 1ª eleição (em 1987) com a última eleição (em 2014), verificamos que em 1987 participaram 70,1% dos eleitores e em 2014 a percentagem de votantes diminuiu para os 30,7%, uma redução de cerca de 40% (39,4%); obviamente, a abstenção aumentou dos 29,9% para os 69,3%, um crescimento de 39,4%, precisamente o nº de eleitores que deixou de votar. Podemos portanto concluir que a diminuição da participação eleitoral é muito menos acentuada nas eleições locais, quando comparadas com as eleições a nível nacional (para Presidente da Republica e Assembleia da Republica). Mas o maior desinteresse dos eleitores é relativamente às eleições europeias, com um nível de abstenção enorme, de perto de 70 %.

Nota: Os dados contidos nesta ficha-síntese foram recolhidos das respetivas fontes oficiais em Setembro de 2018. As fontes utilizadas são: Instituto Nacional de Estatística; Pordata; Instituto da Segurança Social; Instituto de Emprego e Formação Profissional.